



## 7º Encontro Internacional de Política Social

### 14º Encontro Nacional de Política Social

Contrarreformas ou Revolução:  
respostas ao capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

---

#### Eixo 13: Educação e Política Social.

### Quem estuda nas federais? Sistematizações acerca do perfil dos/as estudantes

#### Resumo

Este artigo sistematiza o perfil socioeconômico e cultural dos/as estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Utiliza como fontes documentais, os relatórios das pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) nos anos de 1997, 2003, 2010 e 2014. Também procura demonstrar que as mudanças no perfil dos/as estudantes, sinalizadas pelas pesquisas, foram, ao longo desses vinte anos, introduzindo modificações nos âmbitos: legal, institucional, orçamentário e prático. Por fim, destaca que a assistência estudantil alcançou ‘*status*’ de política social, compreendida como direito dos/as estudantes, embora ainda não se constitua como política de Estado.

**Palavras-chave:** “Assistência Estudantil”; “Estudantes”; “FONAPRACE”; “Pesquisa”; “Perfil”;

### Who studies in the feds? Systematizations about the profile of the students

#### Abstract

This article systematizes the socioeconomic and cultural profile of the undergraduate students of the Brazilian Federal Institutions of Higher Education (IFES). It uses as documentary sources the reports of the researches carried out by the National Forum of Pro-Rectors of Student Affairs (FONAPRACE) in the years of 1997, 2003, 2010 and 2014. It also seeks to demonstrate that changes in the profile of students, signaled by research, have been, over the last twenty years, introducing changes in the legal, institutional, budgetary and practical spheres. Finally, it emphasizes that student assistance has achieved social policy status, understood as the right of students, although it is not yet a state policy.

**Keywords:** "Student Assistance"; "Students"; "FONAPRACE"; "Search"; "Profile";

### 1. Introdução: Breve trajetória histórica da política de assistência estudantil

Quando se analisa a trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil, Andrés (2011, p. 3) aponta que há mais indagações que certezas, pois não se sabe ao certo qual foi a experiência pioneira nessa política. Conforme a autora:

Terão sido as ‘repúblicas’ da Imperial Cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica e capital das Minas Gerais, que, no início do séc. XIX abrigavam os estudantes da Escola de Farmácia e da Escola de Minas? Ou, na década de 30, a criação dos primeiros programas de alimentação e moradia universitária, efetivados como política somente nos anos 1970, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE) do Ministério da Educação? Ou foram as casas-comunidades, lugar de refúgio e resistência na fase da ditadura militar, que acabaram por desaguar na fundação, em 1987, da SENCE – Secretaria Nacional de Casas de Estudantes?

Entretanto, sabemos que a assistência estudantil caminha *pari passu* com a institucionalização do ensino superior público no país, que ocorre oficialmente com a chegada da família Real portuguesa ao Brasil em 1808. Costa (*apud* IMPERATORI, 2017), considera como a primeira ação de assistência estudantil a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro em 1928, localizada em Paris, a qual destinava a auxiliar os estudantes brasileiros que estudavam na capital francesa.

Na década de 1930, a Reforma Francisco Campos, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior que previa medidas de providência e beneficência como bolsas de estudos aos estudantes reconhecidamente pobres. De acordo com Imperatori (2017) tal concepção de assistência aos estudantes foi incorporada nas Constituições Federais de 1934 e de 1946, e mantida na Constituição Federal de 1967.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 também dispôs sobre o tema, embora o tratasse como assistência social escolar. Já na LDB de 1971 ocorre a especificação das dimensões da assistência educacional, tais como: “auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar (BRASIL, 1971)”.

Ainda na década de 1970 houve a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, implantando programas de assistência aos estudantes como Bolsa de Trabalho e Bolsas de Estudo. “No fim dos anos 1980, o DAE foi extinto, e as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino. A assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas.” (IMPERATORI, 2017, p.4) .

Como pode se observar, a falta de mecanismos regulatórios e institucionais em relação à assistência estudantil, não impossibilitou que tais ações fossem executadas desde os primórdios do século XX em grande parte das instituições públicas de ensino superior no Brasil. No entanto, a preocupação, por parte dos gestores, com as políticas de apoio aos estudantes, e a necessidade de definição de políticas de ação por parte do Ministério da Educação, impôs a necessidade de criação em 1987 do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2012).

No ano seguinte, a Constituição Federal de 1988 inscreve a educação como um direito social, portanto, dever do Estado. Dispõe também como um dos princípios do ensino, a igualdade nas condições de acesso e permanência na escola, o que posteriormente foi corroborado pela LDB de 1996. Contudo, tais legislações ainda não se mostraram suficientes para estruturar uma política de Estado no que se refere à

assistência aos estudantes das IFES, ou seja, garantir, legalmente, os recursos humanos, materiais e financeiros, necessários para a sua execução.

Além de passar a representar oficialmente e de forma permanente os Pró-Reitores da área, o FONAPRACE também ficou encarregado de elaborar e propor ao MEC, uma política de apoio ao estudante das IFES, mas deparou-se com a insuficiência de dados que fundamentassem tal proposta, levando-o a realização de uma pesquisa.

Com base nesses pressupostos, o objetivo deste artigo é sistematizar o perfil socioeconômico e cultural dos/as estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, utilizando como fontes documentais, os relatórios das pesquisas realizadas pelo FONAPRACE nos anos de 1996, 2003, 2010 e 2014.

## **2. Conhecendo os/as estudantes de graduação das IFES a partir das pesquisas do FONAPRACE**

No ano de 1994 foi realizado um primeiro levantamento amostral do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES. No entanto, tal pesquisa não possibilitou a caracterização local de cada instituição, tampouco possuía consistência necessária para a formulação de políticas em âmbito local e nacional. Tal constatação levou o FONAPRACE, a realizar um novo levantamento que buscou a elaboração de um instrumento de pesquisa capaz de fornecer os dados necessários para traçar o perfil socioeconômico e cultural, de saúde e de expectativas profissionais dos/as estudantes de graduação das IFES brasileiras. Além de caracterizar as diferenças socioeconômicas e culturais existentes entre eles/as, a pesquisa objetivava dimensionar a assistência já praticada e levantar a demanda potencial em âmbito local, regional e nacional, buscando indicadores que fundamentassem a definição de políticas sociais (FONAPRACE, 1997).

Esse estudo sistemático, considerado o primeiro “*survey*” para caracterizar os/as estudantes de graduação das IFES brasileiras, foi realizado nos anos de 1996<sup>1</sup>/1997, abrangeu 44 IFES de um total de 52, nas quais foram aplicados 32.348 questionários de um universo de 327.660 estudantes (FONAPRACE, 1997). Com base no relatório da I Pesquisa, tem-se o seguinte perfil socioeconômico e cultural do/a estudante de graduação das IFES brasileiras, sistematizado no quadro abaixo:

---

<sup>1</sup> A população alvo foram os/as estudantes dos cursos de graduação, regularmente matriculados e frequentes às aulas no segundo semestre de 1995.

Quadro 1: Perfil dos/as estudantes conforme a I Pesquisa (1996/1997):

Renda	12,61% classe A, 43,11%, classe B, <b>44,29% classes C, D, E;</b>
Gênero	<b>51,44% mulheres</b> , 48,56% homens;
Idade	<b>75,18% até 25 anos</b> , 14,6% 25-30 anos, 10,22% acima 30 anos;
situação conjugal	<b>84,65% solteiro/a</b> , 12,14% casado/a, 3,21% companheiro/a;
filhos/as	<b>87,83% sem filhos</b> , 12,17% com filhos;
fluxo migratório	<b>65,21% não tiveram alteração de domicílio</b> por motivo de ingresso na Universidade;
situação de moradia	71,28% moravam com os pais ou cônjuges, 5,40% com outra pessoa da família, 8,57% estão em residências mantidas pela mesma, 12,35% outros (república, pensão, amigos, moradia não universitária) e <b>2,4% moradia estudantil das IFES</b>
Transporte	<b>60,6% transporte coletivo</b> , 24,8% meio próprio (carro/moto), 14,6% bicicleta/carona/a pé;
trabalho remunerado	42,04% possuíam trabalho remunerado;
chefe família	<b>60,81% pai</b> , 17,05% mãe, <b>11,52% próprio aluno/a</b> , 7,33% cônjuge, 3,29% outra pessoa;
grau de instrução dos pais	<b>33,40% analfabeto + primário</b> , 29,53% superior, 22,86% ens. médio, 14,21% ens. Fundamental;
Ensino médio	<b>54,96% escolas particulares</b> , 45,04% escolas públicas;
cursinho pré-vestibular	56,06% dos alunos fizeram
Microcomputador	22,8% dos alunos têm domínio do seu uso; 52,59% têm alguma noção e 24,6% não sabem utilizá-lo;
língua estrangeira	23% domínio da língua inglesa; aproximadamente 2% domínio à língua francesa e 6,47% em relação à espanhola; pouco ou nenhum domínio: 44,47% língua inglesa, 92,92% francesa e 72,11% espanhola;
Participação em atividades acadêmicas	6,70% de participação em estágio, 6,03% em pesquisa, 1,26% em extensão;
Programas de assistência ao estudante	89,9% não acessam, 10,10% acessam <sup>2</sup> ;
O que acessam	<b>5,8% alimentação</b> , 2,4% moradia estudantil, 2,38% bolsa trabalho, 2,22% bolsa transporte;
Biblioteca	79,99% regularmente, 20,01% raramente as utilizam; 68,74% estudos relacionados com o curso, 11,25% utilizam para atividades de cultura e lazer;
frequência de leitura não acadêmica	46,77% até 6 livros por ano, 14,97% não leu nenhum livro por ano;
restaurante universitário	<b>19,10% frequentavam, 23,76% das IFES não possuíam RU</b>
participação social	41,79% nenhuma; 11,14% movimento estudantil; 7,97% atividades político-partidárias;
principal fonte de informação	82,94% pela televisão;
serviços de saúde	<b>46,29% têm algum tipo de convênio</b> , 27,22% serviços públicos de saúde, 26,48% serviços particulares;
estudantes com deficiência	<b>1,96% estudantes</b> : 0,85% auditiva, 0,52% motora, 0,59% da fala;
atividade esportiva	48,21% praticam diariamente/várias vezes na semana alguma atividade física e/ou esportiva, 14,04% nenhuma

Fonte: FONAPRACE (1997). Elaboração própria (2019).

Por meio dos dados obtidos naquela pesquisa, sistematizados e publicizados no relatório de 1997, o FONAPRACE elaborou a minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, e ao final de 1999 solicitou sua inclusão no Plano Nacional de Educação (PNE), tendo em vista que na proposta original do governo federal nada constava relacionada à temática. A solicitação foi atendida, possibilitando a inserção da

<sup>2</sup> Dentre os 10,10% de estudantes que acessam os programas de assistência estudantil, 24,34% deles/as estão na classe E, 19,92% na classe D e 12,69% na classe E.

assistência estudantil no PNE de 2001<sup>3</sup> (FONAPRACE, 2012; VASCONCELOS, 2010). Além desses dois desdobramentos da pesquisa (a minuta do plano nacional de assistência estudantil e sua incorporação junto ao PNE), ela também demarcou o posicionamento do FONAPRACE no que se referia à construção de uma política de Estado para a assistência estudantil, e não apenas de um Plano:

O processo de democratização no sistema educacional brasileiro particularmente nas universidades públicas passa necessariamente pela incorporação de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. Não basta, entretanto, assegurar-lhes o acesso: é preciso considerar que o compromisso efetivo do Estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência de todos os estudantes na universidade, até a conclusão do curso escolhido através da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes provocadas pelas condições da estrutura social e econômica (FONAPRACE, 1997, p.3).

Também é necessário pontuar que no decorrer do relatório da I pesquisa, o FONAPRACE sempre considerou os/as estudantes das classes econômicas C, D e E como a demanda potencial de assistência estudantil. Dessa forma, ela já nasce focalizada e residual, destinadas aos estudantes pertencentes à classe trabalhadora, e por essa condição, enfrentando, nas suas condições objetivas de vida, dificuldades para a permanência no ensino superior. Características herdadas do processo de institucionalização da assistência social como um direito na sociedade brasileira.

Com o objetivo de atualizar os dados, o FONAPRACE, realizou entre novembro de 2003 e março de 2004<sup>4</sup>, a II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES. Abrangeu 47 das 53 IFES e abarcou 33.958 questionários de um universo de 469.378 estudantes. As mudanças nesta II pesquisa foram: a inclusão da autodeclaração em relação à raça/etnia, a leitura óptica dos dados e adoção da classificação em classes econômicas, a partir da renda média familiar, abandonando a classificação da população em termos de classes sociais.

Como síntese da II pesquisa destacamos o seguinte perfil: 15,6% dos/as estudantes encontravam-se na classe A, enquanto que 42,8% nas classes C, D, E<sup>5</sup>, sendo

---

<sup>3</sup> Conforme o PNE, a meta 34 objetivava “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001, p. 79).

<sup>4</sup> Estudantes dos cursos de graduação, regularmente matriculados e frequentes às aulas do 2º semestre de 2003 e 1º semestre de 2004.

<sup>5</sup> Se aglutinarmos os/as estudantes com renda média familiar entre R\$207,00 a R\$1.669,00, teremos 65% dos/as estudantes.

que 35,4% possuíam trabalho remunerado. No que se refere à raça/etnia 59,4% se autodeclararam branco/a, 28,3% pardo/a, 5,9% preto/a, 4,5% amarela, 2,0% indígena, onde 52,9% eram oriundos/as de escolas particulares e 46,2% de escolas públicas. As IFES possuíam 8,1% estudantes com deficiência(s), sendo 4,5% visão, 1,1% auditiva, 0,8% motora, 0,8% superdotação, 0,5% educação especial, 1,1% outros (FONAPRACE, 2004).

Em relação ao fluxo migratório 69,5% dos/as estudantes residiam na região metropolitana da IFES, 19,3% moravam em outro município, 10,9% migraram de outro estado, 0,3% são estrangeiros/as. A situação de moradia apontou que 72% moravam com os pais ou companheiro/a, 6,2% em casa de amigos ou outra pessoa da família, 15,8% estavam em residências mantidas pela família (pensão, hotel, pensionato, e/ou república particular), 3,4% moradia religiosa ou pública e 2,6% moradia estudantil das IFES (FONAPRACE, 2004).

No que tange ao acesso dos programas de assistência ao/à estudante, 86,8% não acessavam. Quanto ao acesso, 7,4% era na alimentação, 2,6% na moradia estudantil, 2% na bolsa transporte, 2% na bolsa trabalho, 1,9% na assistência médica, 1,7% na assistência odontológica e, 0,6% na psicoterapia. Importa ressaltar que 24,7% dos/as estudantes frequentavam o Restaurante Universitário (RU) e 25,5% das IFES não possuíam RU (FONAPRACE, 2004).

A utilização do transporte coletivo foi apontado por 59,9% dos/as estudantes, enquanto que 19,7% possuíam meio próprio de transporte (carro/moto), 18% deslocavam-se de bicicleta/carona/a pé, 2,4% transporte locado (prefeitura e/ou escolar). A II Pesquisa também sinalizou que 43,27% dos/as estudantes não tinha nenhum tipo de participação social; 7% integravam o movimento estudantil; e 5,1% atividades político-partidárias (FONAPRACE, 2004).

O relatório da II pesquisa traz duas informações importantes acerca da saúde mental dos/as estudantes. A primeira é que 36,9% deles/as já haviam apresentado dificuldade significativa ou crise emocional durante o último ano, 5,5% dos/as estudantes já haviam procurado atendimento psiquiátrico, e 27,3% já procuraram atendimento psicológico em algum período da vida, o que sinalizava para a demanda de serviços e ações na área da saúde mental. Além dessa demanda, o mesmo relatório indicava o pouco domínio dos/as estudantes em línguas estrangeiras, apontando a necessidade de intensificação e ampliação de cursos nessa área.

Foi através da I Pesquisa que o FONAPRACE formulou, em sua primeira versão, publicada em outubro de 1998, o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Posteriormente, o mesmo foi aperfeiçoado com base na II pesquisa, sendo (re)lançado e adotado pela ANDIFES em agosto de 2007. No mesmo ano, em 12 de dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa Nº 39, o Ministério da Educação, instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil no âmbito da Secretaria de Educação Superior, realizando a disponibilização orçamentária para suas ações. Conforme Vasconcelos (2010), tal plano consistia em uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula.

Em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto Nº 7234, da Presidência da República, o plano foi então convertido em Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), representando um marco histórico e de importância fundamental para essa política social. O PNAES tem como objetivos ampliar as condições de permanência dos discentes na educação superior pública federal, democratizar o ensino, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão, e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Além desses objetivos, o PNAES define que as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

No rastro da institucionalização, entre outubro e dezembro de 2010<sup>6</sup>, foi realizada a III Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES. Essa pesquisa diferiu-se das anteriores, pois sinalizou os rebatimentos do REUNI, do PNAES, assim como apontou o início do processo de implantação das políticas de ações afirmativas. Para a realização desta pesquisa, o FONAPRACE criou o sistema “SIPE-Brasil” (Sistema de Informação do Perfil do Estudante) na Web, que possibilitou a coleta de dados online dos/as estudantes pesquisados/as (resposta a um questionário). Com isso, das 59 IFES, participaram 57, constituindo uma amostra de 19.691 questionários num universo de 656.167 estudantes.

---

<sup>6</sup> A amostra selecionada baseou-se no conjunto dos estudantes das Universidades Federais matriculados nos cursos presenciais de graduação no segundo semestre de 2009.

A III pesquisa demonstrou que 53,51% eram mulheres e 46,49% homens; sendo que 15,25% pertenciam à classe A, enquanto que 43,67% pertenciam às classes C, D, E, dentre os/as quais 37,63% possuíam trabalho remunerado. No que tange às dificuldades financeiras, essas foram manifestadas por 52% dos estudantes, enquanto que 39% deles/as entendiam como relevante a dificuldade de acesso a materiais didáticos (FONAPRACE, 2011). Em mais um indicador, essa III pesquisa inova, ao sinalizar às IFES a demanda por auxílio a materiais pedagógicos e didáticos.

O público-alvo das ações da assistência estudantil, àqueles/as que o FONAPRACE definiu ainda na I pesquisa (classes B2, C, D e E), representava 67,2% do conjunto dos estudantes, cuja renda média familiar, variava entre R\$415,00 a R\$2.656,00. Conforme o FONAPRACE (2011, p. 44):

As políticas de inclusão, em especial as várias modalidades de ações afirmativas e o programa de expansão das universidades, já começam a mudar a configuração da população universitária. O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou em quase 50% em relação a 2004. Este aumento ocorreu em todas as regiões, com destaque para a região Norte, com um aumento de quase 100% e para a região Nordeste, com um aumento de quase 50%. O conjunto dos estudantes de raça/cor/etnia preta e parda aumentou quase 20%, com maior concentração nas classes C, D e E (22%).

Havia uma predominância de estudantes jovens, pois 74,53% deles/as tinham até 25 anos, 16,39% entre 25-30 anos, e apenas 9,08% acima 30 anos, autodeclarando-se como brancos/as 53,93%, 32,08% parda/o, 8,72% preta/o, 3,06% amarela, 0,93% indígena (FONAPRACE, 2011).

Em relação à situação de moradia 65,15% moravam com os pais ou companheiro/a, 7,18% em casa de amigos ou outra pessoa da família, 18,16% estava em residências mantidas pela família (pensão, hotel, pensionato, e/ou república particular), 0,66% moradia religiosa ou pública, 6,33% moravam sozinho/a e 2,52% moradia estudantil das IFES (FONAPRACE, 2011).

O transporte coletivo foi utilizado por 56,56% dos/as estudantes, enquanto que 21,62% utilizavam meio próprio (carro/moto), 18,63% bicicleta/carona/a pé, 2,9% transporte locado (prefeitura e/ou escolar), 0,29% táxi/moto-táxi (FONAPRACE, 2011).

No que tange ao acesso aos programas de assistência ao estudante, 15,3% acessavam a alimentação, 10,53% bolsa permanência, 10,11% bolsa transporte e 2,52% moradia estudantil (FONAPRACE, 2011).



A III pesquisa distribui o percentual de estudantes com filhos/as por classe econômica, o que sinalizou, pela primeira vez, a demanda social pelo auxílio creche. Nessa pesquisa, o percentual de estudantes com filhos/as era de 9,21%, dos quais 43,38% utilizavam creche. Por conseguinte, quando distribuímos esse percentual dentre as classes econômicas, observou-se que 13,28% dos estudantes com filhos/as eram das classes econômicas C, D e E, 10,31% da classe B2, 4,79% da classe B1, e apenas 0,98% das classes A1 e A2 (FONAPRACE, 2011).

Essa pesquisa trouxe como resultado importante, a predominância, pela primeira vez em relação às anteriores, de estudantes que cursaram integralmente ou a maior parte do ensino médio em escolas públicas, os/as quais já ultrapassavam o percentual de 50% (FONAPRACE, 2011).

Em relação aos/as estudantes noturnos, mais da metade (52,5%) eram oriundos/as das classes econômicas C, D e E, enquanto que as classes A e B predominavam no período matutino. Conforme o FONAPRACE (2011), a entrada de novos/as estudantes através do REUNI no período noturno, apontava para a necessidade de ampliação dos serviços de assistência estudantil nesse horário.

As informações acerca da saúde e saúde mental constantes no III relatório, além de apontar a predominância, pela primeira vez, na utilização pelos/as estudantes dos serviços públicos de saúde, também reportaram que 43% deles/as, apresentavam dificuldades de adaptação à cidade, à moradia, ou à separação da família. Ainda nas sinalizações acerca da saúde mental dos/as estudantes, quase metade deles/as relataram ter vivenciado alguma crise emocional nos últimos 12 meses. Por isso, 29% haviam procurado atendimento psicológico, 10% atendimento psicopedagógico, 9% atendimento psiquiátrico e 11% fazia uso de medicação psiquiátrica (FONAPRACE, 2011).

As situações de violência física ou sexual foram relatadas como significativas por 24% dos estudantes e o assédio moral se apresentou como um problema para 25% dos estudantes (FONAPRACE, 2011).

É necessário também, analisar a III pesquisa, assim como as demais, no seu tempo histórico, ou seja, levar em conta as determinações do seu contexto. Se as pesquisas I e II tiveram significativo papel no sentido de construção e estruturação de uma política de assistência estudantil, essa trouxe os primeiros resultados e impactos a partir de sua institucionalização pelo Estado (ainda que não como política de Estado,

mas como programa), da construção do marco regulatório e da disponibilização orçamentária.

A IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES realizou-se entre os anos de 2014 e 2015 em 62 das 64 IFES que o FONAPRACE havia determinado como alvo da pesquisa. A amostra da pesquisa compôs 130.959 questionários, de um universo de 939.604 estudantes matriculados nas IFES brasileiras, o que representou, face às pesquisas anteriores, um aumento significativo na amostra. O quadro abaixo sistematiza o perfil dos/as estudantes:

Quadro 2: Perfil dos/as estudantes conforme a IV Pesquisa (2014):

Renda	<b>51,43% com renda bruta familiar até 3 salários mínimos</b> , 10,6% com renda familiar acima de 10 salários mínimos;
Gênero	<b>52,37% mulheres</b> ;
Idade	<b>67,44% até 24 anos</b> , 18,36% 25-30 anos, 14,72% acima 30 anos;
Raça/etnia	45,7% branca, 37,8% parda, 9,4% preta não quilombola, 3,8% sem declaração, 2,3% amarela, 0,45% preta quilombola, 0,39% indígena não aldeado e 0,25% indígena aldeado;
filhos/as	<b>88,22% sem filhos</b> , 11,78% com filhos;
situação de moradia	59,34% residiam com pais ou cônjuges, 11,24% sozinho/a, 9,53% em casa de amigos ou outra pessoa da família, 16,24% estavam em residências mantidas pela família (pensão, hotel, pensionato, e/ou república particular), 1,01% moradia religiosa, pública e <b>2,64% moradia estudantil das IFES<sup>7</sup></b> .
Transporte	<b>53,78% transporte coletivo</b> , 21,86% bicicleta/carona/a pé, 20,14% transporte próprio, 3,62% transporte locado, 0,6% táxi/moto-táxi;
trabalho remunerado	32,94% possuíam trabalho remunerado;
chefe família - mantenedor/a do grupo familiar	<b>43,74% pai</b> , 30,15% mãe, <b>13,18% próprio/a aluno/a</b> , 6,88% cônjuge, 6,06% outra pessoa;
grau de instrução dos pais	<b>31,67% ensino médio</b> , 22,47% ensino superior, 20,28% ensino fundamental, 14,64% analfabeto + primário, 8,82% pós-graduação, 2,30% não teve referência familiar;
Ensino médio	<b>64,02% escolas particulares</b> , 35,98% escolas públicas;
cursinho pré-vestibular	<b>53,03% não frequentou</b>
Microcomputador	83,55% dos alunos têm domínio do seu uso; 15,48% têm alguma noção e 0,97% não domina;
língua estrangeira	30,67% domínio da língua inglesa; 12,37% da espanhola, 2,16% domínio da língua francesa; nenhum domínio: 27,22% língua inglesa, 39,94% língua espanhola e 90,41% francesa;
Participação em atividades acadêmicas	12,55% estágio, 11,49% pesquisa, 8,74% ensino, 7,76% outra, 5,87% extensão, 2,46% PET, 2,06% empresa júnior, 49,08% não participa.
Programas de assistência ao estudante	<b>44,22% alimentação</b> , 18,38% transporte, 15,2% bolsa permanência, 11,74% moradia, 22,54% inclusão digital, 11,36% bolsa permanência da própria IFES, 10,07% cultura, 4,35% bolsa permanência do MEC, 9% atendimento médico, 5,46% atendimento pedagógico, 5,05% atendimento psicológico, 4,58% atendimento odontológico, 0,46% auxílio creche, 3,97% esporte e lazer, 1,13% apoio aos estudantes com deficiência, 0,48% Promisaeas.
Biblioteca	<b>74,08% regularmente</b> , 25,92% não utilizam;
restaurante universitário	<b>44,22% frequentam</b> ;
participação social	72,63% nenhuma; 9,55% movimento estudantil; 8,95% outras organizações/associações; 8,63% movimento religioso; 5,12% movimento

<sup>7</sup> Dos estudantes residentes nas moradias estudantis, 1,86% não possuem renda, 65,5% possuem como renda mensal familiar até meio salário mínimo (R\$362,00), e 22,61% com renda entre meio até um salário mínimo (R\$724,00), ou seja, 89,97% das moradias estudantis são utilizadas por estudantes com renda mensal bruta familiar de até um salário mínimo.

	artístico-cultural; 2,48% partido político; 2,12% movimento ecológico;
principal fonte de informação	<b>90,37% internet</b> , 5,7% pela televisão;
serviços de saúde	<b>51,73% serviços públicos de saúde</b> , 36,82% têm algum tipo de convênio, 5,07% serviços particulares, 1,75% ajuda amigos, 1,48% nenhum, 3,15% serviços da própria IFES;
estudantes com deficiência	<b>3,33% estudantes</b> : 2,18% baixa visão ou visão subnormal, 0,47% deficiência auditiva, 0,43% física, 0,11% intelectual, 0,09% transtorno global do aprendizado, 0,03% surdez, 0,02% cegueira;
atividade esportiva	39% praticam diariamente/várias vezes na semana alguma atividade física e/ou esportiva; 29,23% nenhuma;

Fonte: FONAPRACE (2016). Elaboração própria (2019).

O relatório apontou que a realidade das IFES agora está mais parecida com o restante da sociedade, ou seja, representa melhor a sociedade brasileira, o que não era visível nas pesquisas anteriores. As características cor/raça, assim como as condições socioeconômicas das famílias dos/as estudantes das IFES, apresentaram, no período entre 2010 e 2014, considerável transformação em razão da elevada participação de estudantes com menor renda. Conforme diz o relatório:

[...] em geral, a renda mensal familiar *per capita* média dos graduandos diminui à medida que o ano de ingresso na IFES se dá em anos mais recentes, independentemente da região de localização das IFES (FONAPRACE, 2016, p. 14).

[...] os que ingressaram na universidade mais recentemente e pertencem à faixa “mais de 2013 a 2015” apresentam menor renda familiar mensal *per capita* média do que aqueles que ingressaram até 2013. Aparentemente, portanto, as políticas de democratização do acesso às vagas das IFES vêm surtindo efeito no sentido de incorporarem crescentemente estudantes pertencentes a famílias com renda mensal *per capita* média mais baixa (FONAPRACE, 2016, p. 15).

Em que pese o fator renda, ele constitui-se na variável chave para o acesso aos programas de assistência estudantil, pois o PNAES define como limite a renda familiar *per capita* familiar dos/as estudantes de até 1,5 salário mínimo. No entanto, o questionário não possuía esse corte, apenas a faixa “mais de 1 e até 2 salários mínimos”. Por isso, o FONAPRACE, apresentou, no Relatório da IV pesquisa, a explicação e a forma do cálculo da estimativa do universo de estudantes nessa faixa de renda, que se constituiria no público-alvo das políticas de assistência estudantil das IFES. Para o FONAPRACE (2016, p.10) “[...] ultrapassa os 66% do total de graduandos das IFES, sendo que nas regiões Nordeste e Norte esse universo alcança mais de 76% dos estudantes de cada região, um número realmente expressivo”.

Em relação à autodeclaração de cor/etnia, o relatório analisa se as proporções de cada categoria de cor ou raça se alteram à medida que se consideram faixas de ano de ingresso diferentes, e chegou as seguintes conclusões: 1 – diminuição gradual dos que não declaravam cor ou raça; 2 – diminuição gradual dos que se

declaravam brancos e amarelos; 3 – aumento gradual dos que se declaravam pardos, pretos quilombolas, pretos não quilombolas; 4 – diminuição na participação dos que se declaravam indígenas (aldeados e não aldeados) (FONAPRACE, 2016).

Em relação aos serviços de saúde, a I pesquisa apontou que 46,29% dos/as estudantes possuíam algum tipo de convênio, já no relatório de 2016 esse índice diminuiu atingindo apenas 36,82%. A maioria dos/as estudantes (51,73%) utilizam os serviços de saúde da rede pública (o que já havia sido apontado pela III pesquisa).

A pesquisa do ano de 2014 aponta que 51,43% dos/as estudantes possuíam renda bruta familiar até 3 salários mínimos, 64,02% era oriundos/as de escolas públicas e 53,03% deles/as não haviam frequentado nenhum tipo de cursinho pré-vestibular. Um perfil muito distinto do sistematizado na I pesquisa, onde 56,06% dos/as estudantes haviam frequentado algum tipo de cursinho preparatório para o vestibular, 54,96% cursaram o ensino médio em escolas particulares e apenas 44,29% dos/as estudantes advinham das classes C, D, E (FONAPRACE, 2016).

No sentido de captar o movimento de vinte anos abarcados pelas quatro pesquisas do FONAPRACE, abaixo, estão sintetizados, em um mesmo quadro, os principais indicadores que demonstram as significativas mudanças no perfil dos/as estudantes das IFES brasileiras.

Quadro 3: Síntese das quatro pesquisas do FANAPRACE durante 20 anos:

	<b>1997</b>	<b>2004</b>	<b>2011</b>	<b>2014</b>
<b>IFES</b>	44	47	57	62
<b>Universo</b>	327.660	469.378	656.167	939.604
<b>Amostra</b>	32.348	33.958	19.691	130.959
<b>estudantes classes C, D, E</b>	44,29%	42,8%	44,67%	51,43%
<b>Mulheres</b>	51,44%	53%	53,51%	52,37%
<b>Homens</b>	48,56%	47%	46,49%	47,63%
<b>escola pública</b>	45,04%	46,2%	50,39%	64,02%
<b>escola privada</b>	54,96%	53,8%	49,61%	35,98%
<b>moradia estudantil</b>	2,4%	2,6%	2,52%	2,64%
<b>estudantes que utilizam RU</b>	19,10%	24,7%	-	32,21%
<b>IFES sem RU</b>	23,76%	25,5%	-	44,22%
<b>transporte coletivo</b>	60,6%	59,9%	56,56%	53,78%
<b>estudantes trabalhadores</b>	42,04%	35,4%	37,63%	32,94%
<b>estudantes com deficiência</b>	1,96%	8,1%	-	3,33%

Fonte: FONAPRACE (1997, 2004, 2011, 2016). Elaboração própria (2019).

Como se pode observar, o perfil dos/as estudantes teve profundas modificações nesses vinte anos abarcados pelas pesquisas do FONAPRACE. Ademais, as mudanças nas condições de vida da população atravessam o cotidiano das instituições, o que requer

(re)pensar estratégias para atender da maneira mais satisfatória as necessidades dos/as estudantes, sobretudo, os/as oriundos/as da classe trabalhadora.

### **Considerações finais**

É possível perceber, que desde a criação do FONAPRACE, e a sua própria função ao ser criado, há uma preocupação em institucionalizar as ações de assistência aos/às estudantes. Conseqüentemente, conhecer o seu alunado, a partir de pesquisas do perfil, é requisito primordial, para propor uma política de Estado nesta área.

Todas as pesquisas já realizadas pelo FONAPRACE ao longo desses vinte anos demonstraram além das significativas mudanças no perfil dos/as estudantes, as modificações nos âmbitos: legal, institucional, orçamentário e prático. No âmbito legal destacamos a elaboração do primeiro e segundo Planos Nacionais de Assistência Estudantil pelo FONAPRACE, respectivamente em 1998 e 2007 ancorados e articulados ao Plano Nacional de Educação e ao Plano de Desenvolvimento da Educação; no âmbito institucional diversas universidades passaram a estabelecer portarias e demais regulamentações internas na área da política de assistência estudantil, modificando suas estruturas organizacionais, tendo um rebatimento prático principalmente com a abertura de vagas aos profissionais assistentes sociais, e, por fim, no ano de 2008 a assistência estudantil passou a ter dotação orçamentária própria.

Mesmo que seja possível apontar alguns avanços e conquistas na política de assistência estudantil, a sua não institucionalização como política de Estado, a deixa frágil, principalmente em tempos de contra-reforma do ensino superior e do congelamento dos gastos sociais pelos próximos 20 anos. No entanto, existem iniciativas no Congresso Nacional para transformar a assistência estudantil em política de Estado, mas que ainda não possuem força política necessária. Diante disso, se tomamos como pressuposto que a educação se constitui como um direito social de todos/as e dever do Estado, a assistência estudantil também deve sê-la.

Além disso, o reconhecimento que a efetiva democratização da educação não passa simplesmente pelos mecanismos de acesso, mas também pela permanência dos/as estudantes, faz com que a assistência estudantil assumam um papel relevante e estratégico nas instituições, mas que ainda demanda a institucionalização por parte do Estado.

Pesquisar acerca do perfil dos/as estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras se constitui não apenas tarefa do FONAPRACE, mas dos/as gestores/as e trabalhadores/as desta política, a fim de desenvolver novas e criativas ações que venham ao encontro das necessidades dos/as estudantes.

Por isso, refletir sobre a permanência dos/as estudantes das camadas populares e/ou em vulnerabilidade social nas instituições de ensino superior - *lócus* tradicionalmente ocupado pela elite brasileira detentora do capital -, requer a adoção do pressuposto de que esse movimento tem o sentido de resistência, pois inúmeros são os desafios - de ordem econômica, material, social, psicológica, cultural, geográfica, religiosa - que ameaçam o direito à educação dos estudantes (e a sua permanência) durante a trajetória acadêmica.

Faz-se necessário, nesses tempos de hegemonia do capital financeiro, de contínuas contrarreformas no ensino superior e de 'desmarxização' das universidades, a fim de alinhá-lo aos interesses do mercado, cada vez mais defendermos uma educação pública, gratuita, com acesso democrático e equitativo e políticas que assegurem a permanência estudantil.

## Referências

ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da assistência estudantil nas Universidades brasileiras**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF. 2001. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2011\\_4354.pdf](http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2018. Acesso: 10 mar. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso 17 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BRASIL. Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **I Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação 1996**. Belo Horizonte, 1997. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/pesquisa-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-1994/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **II Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação 2003**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/ii-pesquisa-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-2004/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **III Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/relatorio-do-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/12/I-Perfil-dos-Graduandos-IFES.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação 2014**. Uberlândia, 2016. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/iv-pesquisa-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, maio/ago. 2017, p. 285-303.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v.2, n.3, 2010, p. 399-411.